



Meio Ambiente

Parlamento desencadeia ações

Na manhã de terça-feira (3), marcando o início da Semana do Meio Ambiente, foi instalado o Fórum Parlamentar Permanente de Desenvolvimento Sustentável, em solenidade realizada no plenário. Também foi assinado o protocolo de intenções da Agenda 21 Catarinense e lançado o documento preliminar da Agenda 21, com as presenças do presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), do vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) e do vice-presidente da Assembleia e presidente do Fórum, Onofre Santo Agostini (PFL). O Fórum é integrado pelos deputados Rogério Mendonça (PMDB), Joares Ponticelli (PP), Sérgio Godinho (PTB), Jorginho Mello (PSDB), Dionei da Silva (PT) e Odete de Jesus (PL).

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, Morastoni, Pinho Moreira, secretários de Estado, diretoria da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e parlamentares de todos os partidos estiveram presentes na assinatura do protocolo de intenções entre o Legislativo e o Executivo, que constituiu grupo de trabalho para elaborar a proposta do



Escolas públicas da Capital participaram de exposição no hall da AL, integrando o Fórum de Preservação do Maciço Central de Florianópolis

ICMS Ecológico.

Na tarde do mesmo dia, o deputado Joares Ponticelli (PP) apresentou à imprensa proposta de um plano de gerenciamento costeiro para Santa Catarina. Como a lei federal que dispõe sobre o assunto nos estados é apenas normativa, o parlamentar quer que o Legislativo tome a iniciativa, partindo de um projeto que ficou parado na administração estadual passada. (CA)

Página 05

Segurança Pública em Mafra e Canoinhas

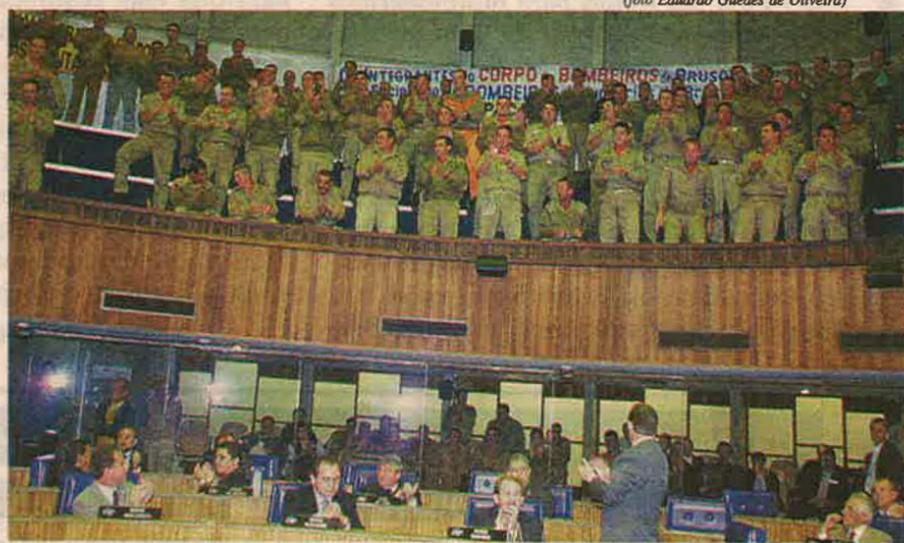
A Comissão de Segurança Pública realizou mais duas audiências públicas regionais, em Mafra (4) e Canoinhas (5) (Planalto Norte), de uma programação total de 17 iniciada em 8 de maio, em São Miguel do Oeste. Ainda restam 10, com a última marcada para o dia 4 de setembro, em São José (Grande Florianópolis).

Cumprindo um roteiro que inclui visitas a unidades do aparato de segurança pública dos locais sede das audiências, os parlamentares integrantes das Comissões vão elaborar um diagnóstico do setor em cada região com as soluções sugeridas durante os debates.

Página 6

Bombeiros festejam emancipação

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Aproximadamente 500 bombeiros dos mais diversos municípios do Estado lotaram a galeria do plenário

O plenário aprovou terça-feira (03), em segundo turno, o Projeto de Emenda Constitucional 1.0/2003, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), desvinculando o Corpo de Bombeiros da estrutura da Polícia Militar. O PEC foi objeto de audiência pública e recebeu apoio incondicional de todos os parlamentares membros da comissão, reforçado pelo secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi.

O objetivo é dar autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros Militar, a fim de que possa ser um órgão de Administração Pública do Estado, seguindo a tendência nacional, já que dos 27 estados

brasileiros, 19 já têm sua instituição desvinculada da PM. "A emenda retira o caráter, a administração e o ensino policial-militar de uma atividade da mais alta relevância pública e alcance social, dando-lhe condições de possuir uma melhor filosofia e, ao mesmo tempo, uma estratégia organizacional, estrutural e logística própria. Infelizmente, inse-

rida dentro da estrutura da PM, as autoridades e a própria sociedade não têm observado a importância do Corpo de Bombeiros, tão necessário para propiciar o alcance de um desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental, a redução de acidentes/desastres e, conseqüentemente, a melhoria de qualidade de vida", declarou Assis. (CA)

143 Anos
Tijucas
em festa!
07 a 15
JUNHO - 2003

A questão da segurança pública *

A questão da segurança pública é uma das principais preocupações da sociedade, uma vez que a violência tem se transformado em um grande tormento para a população. As pessoas estão cada vez mais inseguras e preocupadas com a violência. Por isso, é necessário que políticas sociais sejam realizadas para que se possa diminuir a faixa de população que vive abaixo da linha da miséria. A miséria, entre outros fatores, é consequência da má distribuição de renda, do desemprego, das desigualdades sociais, o que desestrutura a ordem da segurança pública.

Segurança pública é o investimento de políticas públicas na área social. Ações como o programa Fome Zero, por exemplo, são importantes e contribuem também para a segurança pública, porque quem tem comida e habitação certamente irá pensar duas vezes antes de entrar para a marginalidade.

Nós todos somos responsáveis pela segurança pública, a violência é um fenômeno social que não envolve apenas criminosos e vítimas, mas todos os que tendo o dever de combatê-la, se omitem, deixando de adotar políticas eficazes de segurança e de evitar o crescimento de suas causas. Penso que as polícias militar e civil e os presídios

são apenas uma parte da segurança pública. Os problemas são muitos, a falta de segurança gera um caos social.

Mas uma das saídas para minimizarmos esses problemas é, antes de tudo, adotar políticas preventivas. É preciso formar cidadãos conscientes, dar acesso a educação, ao emprego. A conscientização deve começar na infância, no âmbito familiar e nas instituições de ensino, na contribuição que cada um de nós pode dar para uma sociedade melhor. É necessário também incentivar os jovens para que se voltem para o esporte, as artes, a cultura, des-

viando-os assim de conflitos provocados pela violência.

Quem é pai sabe do que estou falando. A preocupação aumenta na medida em que nossos filhos vão crescendo; nos preocupamos com a segurança e o bem estar, e como não nos preocuparmos com a violência?

Por isso é importante tomarmos medidas urgentes, e a atuação do município, do estado, dos meios de comunicação, das religiões, enfim, de todas as esferas da sociedade, se faz necessário. Devemos sempre promover e divulgar ações de estímulos no sentido ético e moral, tendo como objetivo a segurança e a formação de pessoas que tenham princípios e valores.

**Nós todos
somos responsáveis
pela segurança
pública, a violência
é um fenômeno social
que não envolve
apenas criminosos
e vítimas, mas todos
os que tendo o dever
de combatê-la, se
omitem, deixando
de adotar políticas
eficazes de segurança
e de evitar o
crescimento de
suas causas.**

Não acredito em uma sociedade que não apresente modelos para nossos jovens, adolescentes e crianças. Não acredito em uma sociedade que não apresente uma proposta de defesa da família.

Quero acreditar e também contribuir para uma sociedade melhor, onde a família tenha segurança e condições dignas, quero acreditar que milhões de sem teto que vivem nas ruas possam ter acesso à habitação. Que se possa oportunizar aos jovens uma educação de qualidade.

Só assim, dando oportunidade, é que iremos diminuir as desigualdades,

evitando problemas, como a violência, que serão minimizados. Pode parecer utopia, mas prefiro acreditar em coisas boas e contribuir para que elas aconteçam, quero contribuir para um mundo melhor para meus filhos e netos.

Essas medidas talvez tenham resultados a longo prazo. Mas só dando oportunidade e educação, exemplos éticos, morais e cultivando valores é que chegaremos a um divisor comum, onde "as desigualdades, a insegurança e a violência darão espaço para a igualdade, a segurança e a paz".

*Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)

Plantas medicinais na AL em troca de alimentos ou agasalhos

Como parte dos eventos alusivos à *Semana do Meio Ambiente*, de 2 a 7 de junho, o *Programa Fome Zero Ambiental*, por intermédio do *Grupo de Estudos Farmácia Viva*, está distribuindo plantas medicinais. As pessoas interessadas em doar gêneros alimentícios não perecíveis ou colaborar com a *Campanha do Agasalho* podem se dirigir ao hall da Assembleia, no posto de arrecadação, e, em troca, levar plantas nativas e medicinais.

A *Farmácia Viva Itinerante* foi criada visando difundir conhecimentos e orientar para a identificação correta das espé-

cies, em função do uso popular das plantas medicinais. Também trabalha para o incremento da pesquisa e da comprovação científica dos efeitos medicinais. A entidade contribui ainda, com o programa *Fome Zero Ambiental* e habitualmente participa da *Semana do Meio Ambiente*. "Essa é uma forma de se colaborar com a campanha para diminuir a fome em nosso país, como também lembrar a todos que o verde é vida e a utilização de plantas medicinais também", observa o funcionário da AL, Alésio Passos dos Santos, integrante do *Farmácia Viva*. (CA)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

À Redação

O *Programa Oficina Educativa Verde Vida*, em nome dos adolescentes, funcionários e diretoria, vem agradecer o reconhecimento do *AL Notícias* dado à nossa entidade, conforme matéria publicada no jornal do dia 26 de abril de 2003.

A preocupação do jornal em divulgar Programas Sociais e Ong's, bem como a atenção da repórter Sheila Dzedzic ao visitar o Programa, engrandece nosso trabalho sócio-educativo e ambiental, que realizamos com 70 adolescentes em situação de risco social. Lembremos também, que indiretamente, o Verde Vida auxilia cerca de 60 famílias e aproximadamente 80 catadores de papel.

Nosso trabalho não seria possível se não tivéssemos o apoio de entidades e pessoas preocupadas com a questão social e ambiental, não apenas na região oeste, mas em todo o Estado.

Para tanto, gostaríamos de agradecer a qualidade, bem como a seriedade com a qual o Programa foi apresentado nesse jornal.

Atenciosamente

Cesar Antonio Valduga

Presidente do Programa Verde Viva

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne e Graziela May Pereira

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Presidente faz balanço da viagem à Europa

Durante o programa Fala Deputado da TV AL, na terça-feira (03), o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), falou sobre a visita da comitiva catarinense a vários países da Europa. Segundo Morastoni, a viagem à Rússia, Eslováquia e França trouxe resultados altamente positivos para Santa Catarina, com acordos nas áreas comercial, cultural e desportiva, e expectativa de abertura de negócios com outros setores.

O presidente disse que, com

o governo Lula, há perspectiva dos países visitados pela comitiva catarinense ampliarem suas relações internacionais com o Brasil e, especialmente, com Santa Catarina. Na Rússia, em São Petersburgo, antiga Leninegrado, Morastoni e comitiva participaram do aniversário de 300 anos de fundação daquela cidade. Lembrou que outras missões catarinenses àquele país fracassaram e elogiou a decisão do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) em convidar representantes do governo local para visitar Santa Catari-

na. "Uma boa decisão do atual governo catarinense é a criação da Secretaria de Relações Internacionais, que tem à frente o diplomata Roberto Colin. Essa secretaria facilitará as tratativas e os negócios internacionais", destacou. Ainda sobre o tema, disse que a cultura abre campo para outras negociações e citou como exemplo a Escola do Teatro Bolshoi, em Joinville, a única fora da Rússia. "No mundo globalizado queremos não só a supremacia financeira, mas que os povos troquem experiências nas mais diversas áreas, como

cultural e desportiva".

Na Eslováquia, visitaram a fábrica da Embraco e em Moscou - cidade que representa 80% da economia russa - os catarinenses tiveram audiência com o prefeito daquela cidade, que importa carne de frango e de suíno de Santa Catarina. Na França, Morastoni e os demais integrantes da comitiva visitaram as cidades co-irmãs de Joinville (Joinville/Le-Pont) e de São Francisco do Sul (Honfleur), e disse que as autoridades locais também foram convidadas a visitar o estado. (RMPP)



(foto Carlos Klitzke)

morastoni@alesc.sc.gov.br

Sessão solene homenageia Rádio Eldorado de Criciúma

Em sessão solene presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), na noite de terça-feira (03), a Assembléia homenageou os 55 anos de fundação da Rádio Eldorado de Criciúma. A sessão foi requerida pelos deputados do Sul do estado, Julio Garcia (PFL), Ronaldo Benedet (PMDB), José Paulo Serafim (PT), Valmir Comin (PP), Manoel Mota (PMDB), Clésio Salvaro (PSDB) e Altair Guidi (PP). Na ocasião estiveram presentes ainda o deputado Joares Ponticelli (PP), o prefeito em exercício de Criciúma, Carlos Alberto Barata, o secretário adjunto de Estado da Informação, Alvaro Junqueira, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, o presidente do Criciúma, Moacir Fernandes, o bispo Dom Paulo De Conto, funcionários, prefeitos, vereadores e representantes dos diversos segmentos da sociedade do Sul catarinense.

Todos os deputados requerentes da sessão manifestaram-se parabenizando a emissora pela passagem de seus 55 anos, contando a história e o que representa a rádio para a região e seu papel para o desenvolvimento econômico e social, além do entretenimento e esporte. Também ressaltaram o importante trabalho que vem sendo realizado sob a direção do jornalista Adelar Lessa e do empresário Alvaro de Freitas Arns, que levaram a emissora à comunidade e atuando na defesa dos interesses da região. Os deputados Salvaro e Guidi, representando a Alesc, fizeram a entrega de placa em homenagem ao aniversário de fundação da Rádio Eldorado aos diretores.



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Deputado Julio, representando os parlamentares do sul, entrega placa aos proprietários da rádio

História - A Rádio Eldorado de Criciúma foi inaugurada em 13 de maio de 1948 sob a direção de José de Patta, sendo a primeira do Sul de Santa Catarina a ter uma mulher na locução, Dalci Rovaris, conhecida como Nega. Entre as décadas de 50 e 60 investiu pesado num formato popular, com radionovelas, dramas e shows de auditório, na própria emissora. Em 1955 foi adquirida pelo grupo Freitas/Guglielmi, ligado à mineração de carvão, passando ao controle exclusivo do empresário Diomício Freitas no fim da década de 60. Em 1974, a Eldorado teve sua potência ampliada para 5.000 watts, conquistando uma audiência regional. Já em 1998, foi arrendada pela empresa Lessa Comunicação, sob a direção de Adelar Lessa, que em 2002 se tornou proprietário, tendo como sócio o empresário Alvaro de Freitas Arns, dando desde logo uma nova e definitiva dinâmica à comunidade, tornando-a portavoza das reivindicações do povo criciumense e região. (CA)

Itália comemora aniversário da República

Sete entidades italianas com representação em Florianópolis, comemoram na última sexta-feira (30), sessão no plenário da Assembléia, o aniversário da proclamação da República Italiana, datado de 2 de junho.

Círculo Italo- Brasileiro, Associação Cultural Ítalo-

Florianopolitana, Casa Itália e o vice- Consulado italiano estão entre as instituições que promoveram o evento. O programa da sessão de aniversário começou com um ato religioso, seguido de manifestações de autoridades italianas e itálo-brasileiras. (MMV)

Homenagem aos voluntários do Hospital Regional de São José

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Durante sessão solene na noite de segunda-feira, (02), a Assembléia homenageou a Associação Amigos do Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gome (Aamhor).

No plenário, além dos parlamentares, entre eles o proponente da sessão, deputado Onofre Agostini (PFL), estiveram presentes cerca de 60 voluntários do hospital - colaboradores no atendimento dos pacientes e seus familiares.

Fundada em 03 de julho de 1996, a Aamhor conta hoje com 136 associados, entre voluntários efetivos, de apoio e contribuintes. São eles que exercem atividades administrativas, voluntárias (como banho nos pacien-



Com o seu carinho, voluntários trazem conforto a pacientes e familiares

tes e confecção de roupas para os carentes) e doação de recursos financeiros para a associação. "A Assembléia presta homenagem justa a essas pessoas, que com total desprendimento auxiliam no dia a dia daquele hospital", destacou o deputado Onofre.

O atual presidente da associa-

ção, Júlio Edgar Bonckewitz, e as três primeiras presidentes, Regina de Sá Rodrigues da Silva, Eunice do Espírito Santo Defrayn e Maria Madalena Menegaz Schlichting, receberam título de honra ao mérito, além de uma placa comemorativa em nome da associação. (RMPP)

Divergências marcam discussão do 170

A concessão de bolsas de estudo previstas pelo artigo 170 da Constituição estadual foi debatida na quinta-feira (29) na Univali, em Itajaí, e segunda-feira (2/06), em Lages, na Associação Comercial e Industrial de Lages (Acil), em audiências públicas conjuntas das Comissões de Justiça e Educação, presididas pelos deputados João Paulo Kleinübing (PFL) e Paulo Eccel (PT).

Em ambas as audiências os parlamentares explanaram sobre os quatro projetos em tramitação na Casa para modificar a Lei Complementar 180/99, que regulamenta o artigo.

Itajaí - Mesmo sem a liberação dos alunos para participar da audiência, que transcorreu em clima tenso, dezenas deles estiveram presentes no debate coordenado pelo deputado Kleinübing.

Antônio Robson Dias Filho, presidente do Diretório Central dos Estudantes, lembrou que muitos alunos precisam da bolsa para continuar na universidade e que não se paga barato para

estudar. "O direito à educação está na Constituição, precisamos das bolsas do 170, de bolsas a fundo perdido pela própria universidade e de ensino gratuito de boa qualidade para todos", concluiu.

Elton Guerra, acadêmico do curso de Ciências Políticas, criticou a obrigatoriedade do serviço voluntário como contraprestação ao recebimento de bolsa de estudo. Segundo ele, muitos alunos precisam da bolsa para se formar, só que já trabalham em média quatro horas diárias para se manter e agora ainda têm que fazer trabalho voluntário.

Lages - O auditório da Acil lotou e muitos acadêmicos da Uniplac, ligada ao sistema Acafe e da Facvest não puderam acompanhar a audiência. Como já havia ocorrido em Joinville, ficou evidente a discordância entre alunos e professores das universidades criadas por lei municipal e as faculdades particulares, quanto à aplicação dos recursos públicos em bolsas de estudo para estudantes carentes. O encontro foi coordenado pelos deputados Eccel e Antonio Ceron (PFL), que representou o deputado Kleinübing.

A reitora da Uniplac, Nara Maria Göcks, frisou que uma assembleia geral da instituição decidiu pela luta por mais recursos para o ensino superior, além da discussão de um projeto para o setor no Estado. Ela questionou quem iria pagar a pesquisa e inovação tecnológica em Santa Catarina, referindo-se à Acafe, lembrando que as universidades do sistema mantêm cursos deficitários como as licenciaturas, engenharia e da área de saúde. O diretor da Facvest, Giovani Puerik, pregou a igualdade para que todos os recursos do 170 se transformem em bolsas de estudo, revelando que desde 1999 defende a inclusão de todos os catarinenses no processo.



Deputado Eccel apresenta projetos

Para a presidente do DCE da Uniplac, Odila Waldrich, as verbas para bolsas devem ser aumentadas, pois a quantia irrisória que hoje é destinada não pode beneficiar instituições com fins lucrativos. Eder Silva, do DCE da Fa-

cest, declarou que os estudantes devem ter o mesmo tratamento, para buscar e repassar os conhecimentos. A próxima audiência ocorrerá no dia 12 na Furb, em Blumenau, às 19 horas. (DAB/RV)



Presentes deputado Dado Cherem (PSDB); reitor da Univali João Roberto Provesi; Jaime Pasqualini, representando os estabelecimentos de ensino privado; Antônio Robson Dias Filho, presidente do DCE e Júnior Schwengel, presidente da UCE

Adequação ambiental da rizicultura e da fruticultura em dois anos

Representando a Comissão de Agricultura da Assembleia, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) participou, sexta-feira (30) pela manhã, da aprovação do texto final do protocolo de intenções que vai possibilitar a adequação das propriedades dedicadas à rizicultura e fruticultura às leis ambientais, em um prazo de dois anos. A assinatura do protocolo acontecerá no dia 11 de junho, às 15h30, durante sessão plenária.

A ação é consequência das diversas reivindicações das associações de produtores rurais, que necessitam das licenças ambientais para produzir e como requisito para inscrição em linhas de crédito. A Fatma vai efetivar os termos de compromisso e de ajustamento de conduta com o Ministério Pú-

blico local, a Epagri e a prefeitura do município. A partir daí, a Fatma poderá licenciar por período de até dois anos as atividades de rizicultura e fruticultura desenvolvidas nos municípios que assinaram o protocolo.

Segundo Dionei, a medida vai beneficiar cerca de 65 mil produtores no Estado que estão irregulares com a legislação ambiental. A maioria das irregularidades consiste em desmatamentos nas margens de rios, que comprometem a mata ciliar, uso indevido de agrotóxicos e destinação inadequada das embalagens desses produtos químicos.

A partir da assinatura do protocolo de intenções, o agricultor que não está em dia com a lei ambiental poderá aderir por meio de um termo de con-

cordância, da entrega de um questionário e de um termo de responsabilidade de informações prestadas. "O Ministério Público poderia simplesmente cumprir o que determina a lei. Isso resultaria em multas pesadas para os produtores de arroz e para os fruticultores", explicou Dionei. Ele considera o acordo uma conquista para os produtores rurais, que poderão receber a licença ambiental para produzir. Além disso, as instituições públicas se comprometeram a auxiliar os agricultores a encontrar soluções para a adequação dessas propriedades. O deputado lembra, no entanto, que é fundamental que todos os envolvidos nesse processo cumpram agora o seu papel. "Caso contrário, estaremos apenas protelando um problema". (ERJ)

Detalhamento das metas e prioridades na LDO

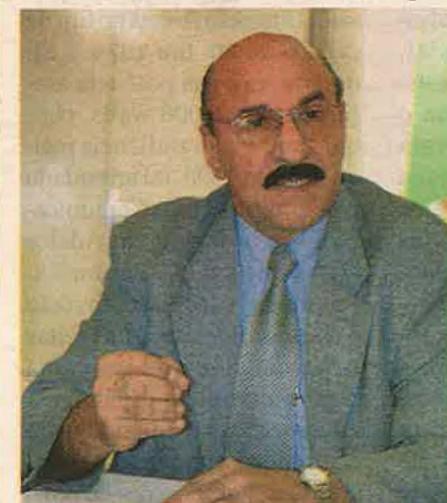
O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Manoel Mota (PMDB), informou quinta-feira (5) que o Executivo vai antecipar o detalhamento de metas e prioridades dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, atendendo parcialmente a diligência solicitada através de requerimento do deputado Antônio Ceron (PFL), aprovado na Comissão de Finanças. A exceção, explica Mota, são as metas e prioridades do Executivo a ser extraído do Plano Plurianual (PPA), elaborado para o período de 2004-07.

Esta matéria tem prazo até dia 30 de agosto para ser enviada à apreciação e votação na Assembleia. As metas e prioridades constantes do PPA serão colhidas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e submeti-

das à aprovação nas audiências públicas conjuntas a serem realizadas pelo Executivo e pelo Legislativo, no caso do Orçamento Regionalizado, previstas na Lei Complementar 157/97.

Mota explica que essa dificuldade acontece em todo o início de governo, pois o PPA tem validade para o primeiro ano de cada administração, mas não pode ser usado para a formulação da LDO nesta situação porque é vencido antes do início do exercício orçamentário em construção. "Esse é um impasse que poderá ser sanado apenas com uma emenda à Constituição Federal". Mota disse ainda, que o Plano 15, do governo Luiz Henrique, servirá como base para o PPA, LDO e LOA.

Prazos - A intenção, segundo o líder da bancada do PMDB, Rogério Mendonça, é que até os detalhamentos sejam apresentados no próximo dia 11, possibilitando que as emendas parlamentares sejam recebidas na Comissão de Finanças até o dia 18. E atendendo os prazos regimentais, a matéria seria apreciada antes do dia 30 de junho. Sem a votação da LDO não é iniciado o recesso parlamentar de julho. (SD)



mota@alesc.sc.gov.br

Fórum vai elaborar propostas integradas

(foto Jonas Lemos Campos)

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável tem a missão de realizar um diagnóstico sócio-econômico-ambiental, propor ações dentro das estratégias que envolvam os setores público, privado e o terceiro setor de organização social, e formular propostas quanto a utilização da água, ocupação do solo e das cidades, destinação dos dejetos e as legislações sobre a mata atlântica. "Temos que refletir sobre as legislações existentes, manter vivo o debate com a sociedade, com os legislativos federal, estadual e municipal, incluindo todos os demais segmentos da sociedade e fazendo a intersecção com o Executivo", lembrou o presidente da mesa, Volnei Morastoni (PT). Fazendo alusão ao início da emana do Meio Ambiente, o deputado Onofre Agostini (FL), vice-presidente da AL e presidente do Fórum, frisou

que, nas últimas décadas, o homem avançou contra os recursos naturais utilizando-os de modo inadequado, colocando em risco sua própria sobrevivência. "O maior desafio, tanto do nosso século quanto dos próximos, é salvar o planeta da destruição. Isso vai exigir mudanças na civilização moderna que deve primar pela preservação ambiental", argumentou. Enfatizou ainda, a importância da participação das Secretarias Regionais em todo esse processo, desde a elaboração até a conclusão do Fórum permanente.

O vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, destacou o atraso do poder público e da sociedade sobre as questões ambientais. "Os governos não trataram o assunto com seriedade. O grupo de trabalho que se reuniu em inúmeras regiões, concluindo a Agenda 21 preliminar,

aponta que teremos desafios e muito trabalho e só com a participação desta Casa Legislativa, caixa de ressonância de toda a Santa Catarina, é que vamos mudar um pouco essa história", complementou. (CA)



Assinatura do protocolo de intenções do ICMS



ICMS Ecológico

Segundo o deputado Volnei Morastoni, a intenção inicial era elaborar projeto de emenda constitucional para a inserção de critério ambiental na distribuição das parcelas de receitas pertencentes aos municípios (ICMS Ecológico). "A proposta que será elaborada poderá ser na forma de projeto de lei", anunciou. Este grupo de trabalho, junto com o Fórum Permanente do Desenvolvimento Sustentável e as comissões permanentes da Casa, deverão aperfeiçoar a proposta do ICMS Ecológico – uma antiga reivindicação da sociedade catarinense.

Pinho Moreira disse que esse protocolo de intenções "é a sinalização efetiva de que o governo quer estar integrado nas soluções dos problemas ambientais". Na ocasião, o diretor presidente da Fatma, Sérgio Grando, entregou ao presidente da Assembleia e ao vice-governador a camiseta da campanha Fome Zero Ambiental, que alia a recuperação do meio ambiente com o combate à fome. "As áreas degradadas são sempre de miséria e de fome", alertou Grando. (RMPP)

Gerenciamento Costeiro

O documento apresentado pelo deputado Joares Ponticelli (PP) é resultado de dezenas de encontros e debates realizados por iniciativa da secretaria estadual do Meio Ambiente em administrações anteriores. "Ficou parado, acabou não andando e como até agora o atual governo não mexeu nisso, creio que é o momento da Assembleia avocar para si a tarefa de concretizar o plano de Gerenciamento Costeiro catarinense",

argumentou Ponticelli.

O documento que seria a base das discussões estabelece um conjunto de políticas e procedimentos para a gestão dos recursos naturais da Zona Costeira, preservando o meio ambiente e ao mesmo tempo permitindo o desenvolvimento sustentável na faixa costeira do estado que abrange 36 municípios. (MMV)

Nova proposta para definir número de vereadores

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os deputados pefelistas Djalma Berger e Julio Garcia encaminhar ao Ministério Público (MP) uma proposta para regulamentar o número de vereadores em Santa Catarina, dentro do que preconiza o artigo 29 da Constituição Federal. O assunto virá a debate numa audiência pública, a ser chamada pelo Fórum Parlamentar da Assembleia Legislativa que está discutindo a proposta de redução dos legisladores municipais. Segundo Berger, a proposta tem o entendimento de que o número de vereadores seja calculado de acordo com a Teoria e Progressão Geométrica. Essa se apresenta uma nova alternativa à proposta do MP, preservando boa parte das 333 vagas, em 84 municípios, hoje ameaçadas. A fórmula tem

como base o coeficiente do município de Lagedo Grande, com menor população no Estado.

Histórico - Além destes parlamentares o Fórum é composto por Lício Mauro da Silveira, presidente, Dado Cherm (PSDB) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP).

A polêmica iniciou no ano passado, quando o Ministério Público (MP) impetrou Adin



Deputado Djalma em coletiva

(Ação Direta de inconstitucionalidade) contra o dispositivo do artigo 111 da Constituição estadual "Foi considerada in-

sado esta definição e remetendo diretamente para o que define a CF", rememorou o procurador da Casa, Michel Curi. Em

2002, o MP impetrou diversas ações na Justiça, depois de interpretar e analisar a Constituição. "Eles acabaram definindo números. Isso é um absurdo!", comentou Lício Mauro. O Legislativo estadual mediu a polêmica, resultando na emenda à Constituição estadual e no acordo assinado entre MP e União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc) que manteve o número atual até as eleições do próximo ano, quando valeriam as novas regras.

Pela proporcionalidade com o número de habitantes estabelecida na CF, se um município tem até um milhão de habitantes pode ter no mínimo nove e no máximo vinte e um vereadores – o número exato é remetido no mesmo artigo à lei orgânica municipal. (SD/MMV)

Degradação e superlotação nas unidades: a um passo das fugas em massa

Carlos Agne

O roteiro iniciou com a audiência em Mafra, na noite de quarta-feira, no auditório público municipal; Maria Martha Schulz Scholze, onde os deputados da Comissão - João Rodrigues (PFL), presidente, Lício Mauro da Silveira (PP), Wilson Vieira - Dentinho (PT) e Nilson Nelson Machado - Duduco (PP) - ouviram da comunidade as reclamações e reivindicações da comunidade para amenizar os problemas que atin-



Edenildo Silva, juiz e corregedor

gem o setor na região.

O juiz de Direito e corregedor do presídio do município, Edenildo Silva, informou que o maior problema está na superlotação carcerária, pois a casa de detenção local conta com 160 presos enquanto que a capacidade é para 72. "O problema originou-se com a demolição da cadeia de São Bento do Sul e a desativação da cadeia de Canoinhas, cujos detentos foram transferidos para Mafra. Estamos aguardando a construção do novo presídio de Canoinhas", relatou.

Segundo ele, o presídio superlotado precisa de um muro, pois a comunicação externa com os presos pode ser feita sem problemas, o que inclui o repasse de drogas.

Fragilidade - O administrador do presídio de Mafra, Márcio Simbalista, reconheceu que, a qualquer momento, pode ser vítima de rendição por criminosos de fora. "Para entrar no prédio é muito fácil,



Depoimentos reforçaram temor de fugas

como se entra em qualquer estabelecimento comercial. Eles podem chegar aqui, entrar, me render e liberar os presos", diz.

Segundo o Comandante da Companhia da Polícia Militar do município, capitão Edemir Meister, há necessidade de pelo menos mais 30 policiais militares. Atualmente são 92, para atender uma população de 55 mil habitantes e ainda prestar auxílio na fiscalização da Fazenda e Cidasc.

Visitas - Na manhã de quinta-feira, os deputados visitaram o presídio, constataram os problemas e depois seguiram para

conhecer a Companhia da Polícia Militar e a Casa de Passagem, entidade vinculada à prefeitura que abriga, temporariamente, menores com desajustes sociais e familiares.

À tarde, a comissão deslocou-se para Canoinhas onde visitou o presídio desativado, o Batalhão da PM e o Corpo de Bombeiros, seguindo para a Delegacia Regional de Polícia Civil, onde ouviram do delegado relatos dos problemas de sua jurisdição.

A audiência pública iniciou às 19 horas de quinta-feira (05), na Câmara de Vereadores.

Menores infratores

A inclusão de centros de internação ou casas e abrigos para menores infratores no roteiro das visitas da Comissão, e uma radiografia deste segmento no relatório final das audiências, é defendida pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP). "Queremos conhecer a fundo a situação do menor infrator. Porque ele chegou ao crime, como e quanto tempo ele ficou interno, como saiu e também, a situação atual. Se voltou para a família ou retornou ao crime. Temos visto a necessidade de serem criados centros em vários municípios, mas também precisamos conhecer de perto se esses menores possuem condições de reintegração à sociedade", argumenta. O parlamentar diz que ficou surpreso, na visita a Chapecó, ao saber que a idade dos presos da penitenciária estava na faixa dos 23 anos. "A maioria tem um passado de crimes e envolvimento com a marginalidade desde a adolescência. Isso é preocupante. É necessário verificar os porquês, suas causas e suas conseqüências", concluiu.

Economia solidária é tema de audiência pública

A conceituação de uma maneira mais formal pela existência de inúmeros grupos e iniciativas para que as pessoas trabalhem com a auto-gestão da economia solidária foi uma das pautas de discussão da audiência pública realizada na quinta-feira (29), no plenarinho da Assembléia.

Representantes dos mais diversos segmentos ligados a cooperativas e empresas de auto-gestão participaram do evento que, de acordo com o deputado Paulo Eccel (PT), visa à inclusão da solidariedade e a participação nas discussões democráticas.

Eccel abriu a audiência destacando que a economia solidária ou empresa de auto-gestão são empreendimentos que trabalham com dois conceitos básicos: a solidariedade e a participação, diferente da forma tradicional da economia padrão. "São peque-

nos empreendimentos com uma nova forma de organização social, nova alternativa de organização da economia, que está brotando de baixo para cima. A abertura econômica, em nosso país, estabeleceu um processo de mudança no mercado de trabalho, com o aumento do desem-

prego estrutural, como consequência do processo de industrialização e da longa crise econômica dos anos 80. Isto evidencia a incrível capacidade humana de recriar, de reinventar, de

estabelecer um novo modelo de economia, uma economia solidária, onde a ordem dominante é a da inclusão, da partilha, da solidariedade, da participação e da não exploração", observou o parlamentar.

Valmor Umbelino, representante do Grupo de Trabalho da Agência de Desenvolvimento

Solidário de Santa Catarina (CUT/SC), afirmou que a auto-gestão tem sido fundamental para os trabalhadores juntarem o seu emprego e o sustento de seus familiares, mas carece de programas específicos para o seu desenvolvimento. "O governo federal já criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária e isso foi um grande passo", destacou.

Para mostrar o exemplo de economia solidária, foi apresentado um vídeo da história da Cooperminas, do Sul do estado, que teve início com a falência da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), nos anos 80. A partir de 1987 a empresa passou a ser administrada como massa falida, onde os trabalhadores criaram uma cooperativa. Em

1988, os trabalhadores assumiram o pagamento das dívidas e a recuperação ambiental, sendo eles sócios em proporções iguais e dividindo a administração democraticamente. Hoje, os 459 sócios e seus familiares são os beneficiados, trabalhando num esquema de estabilidade, onde não existe demissões, apenas a aposentadoria.

Participaram ainda da audiência o deputado Antônio Car-

los Vieira (PP), Odair Andrea, da Secretaria de Trabalho e Renda de Blumenau, Erasmo Pavesi, da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Auto-Gestão de Santa Catarina, Valmor Schiochet, secretário Nacional de Economia Solidária, Enir Antonio Carradore, assessor jurídico da Cooperminas, e Leocádia Macagnan, diretora de Operações Sociais do Sesi. (CA)



Experiências vitoriosas foram relatadas no encontro

Isenção de ICMS para cooperativas de materiais recicláveis

Está tramitando na Assembleia projeto de lei de autoria do líder do PFL, deputado Antônio Ceron, que propõe a isenção de ICMS a cooperativas que tratam da industrialização e comercialização de produtos recicláveis. A proposta do parlamentar está na Comissão de Justiça e Espera de deliberação.



ceron@alesc.sc.gov.br

De acordo com Ceron, "muitas pessoas estão sustentando suas famílias trabalhando na industrialização e comercialização de produtos recicláveis e organizadas em cooperativas, muitas sem fins lucrativos". Verificando que cooperativas com esta finalidade estão sobrecarregadas com uma tributação injusta do Estado e que, por este motivo, praticamente impossibilitadas de manter suas atividades, o parlamentar percebeu a necessidade de um

projeto isentando este segmento.

"Vale lembrar o relevante serviço que estas cooperativas desenvolvem no complemento da assistência social estatal, sendo forte instrumento de equilíbrio ambiental, pois materiais que iriam acabar em terrenos baldios, rios, mares transformados em poluição, são novamente utilizados, contribuindo em parte na busca necessária da sociedade pelo desenvolvimento sustentável", concluiu. (CLR)

Pró-emprego passa em primeiro turno

Com 28 votos favoráveis, dos 29 deputados presentes, foi aprovado quarta-feira (04) o Projeto de Lei Complementar 006/2003, que cria o Fundo de Apoio à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de Santa Catarina – Fundo Pró-Emprego, com as 20 emendas acolhidas consensualmente pelas Comissões de Justiça e de Finanças.

O deputado Afrânio Boppré (PT) absteve-se de votar porque é contrário à criação de fundos sem que "se tenha a lei complementar federal preconizada pela Constituição". Ex-secretário da Fazenda do governo passado, o pepebista Antônio Carlos Vieira, embora concordasse com Boppré quanto ao vácuo deixado pelo Congresso Nacional sobre a lei federal complementar disciplinando a criação dos fundos, defendeu o projeto do atual governo. "O relator (Rogério Mendonça – PMDB), a quem eu quero elogiar pela forma como conduziu o trâmite, com diálogo e aceitando nossas ponderações, fez as adequações necessárias. A princípio pensei que seria um

retrocesso, mas com as mudanças é um projeto importante para Santa Catarina", ponderou Vieira. O Fundo vai ser capitalizado com R\$ 4 milhões provenientes do Simples (o imposto das pequenas e micros).

O parlamentar lembrou que existem mais de 20 fundos no estado (como os da Polícia Militar e da Secretaria da Saúde), todos aprovados pela Assembleia, e que, enquanto secretário da Fazenda foi alvo de 20 ações populares questionando-o enquanto gestor público quanto aos fundos. "Nenhuma destas ações, quero assinalar, prosperou", concluiu.

Trabalho - De acordo com os dados apresentados pelo líder do governo em sua defesa durante os debates em plenário, 70% das vagas de trabalho na economia catarinense é gerado pelo setor das micro e pequenas empresas. Do total das exportações do estado, 30% cabe às pequenas empresas, enquanto as micro ostentam uma fatia de 11% das vendas para o mercado externo.

O PLC 06/2003 deve ser votado em segundo turno na próxima semana. (MMV)

... Curtas ...

Acesso à Univali

Levando em consideração que o Deinfra já dispõe de projeto específico, elaborado com o objetivo de pavimentar a rodovia SC-407, ligação BR-101 a São Pedro de Alcântara, com a implantação de trevo de acesso no km 4 – acesso à Univali, o deputado Julio Garcia (PFL) está solicitando ao governo do Estado a abertura de processo licitatório com vistas à pavimentação asfáltica do trecho. Indicação com este teor foi encaminhada ao diretor geral daquele órgão.

Transferência de presídio

Proposição do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado requer medidas urgentes para ser viabilizada a transferência de presídio da área central de Rio do Sul. O pedido aconteceu devido à apreensão da comunidade local, pois o prédio é antigo e a superlotação é constante.

Proteção ambiental

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) solicita ao Secretário de Segurança Pública que seja criada uma Área de Proteção Ambiental (APA) estadual, em torno do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis, em São Pedro de Alcântara. A criação da APA possibilitará principalmente a construção de um centro de pesquisa e áreas de visitação pública. No parque poderão ser firmados convênios para reprodução de animais silvestres, flora e fauna, além de uma unidade da polícia ambiental.

Pólo pesqueiro

Ao governo do Estado o presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), solicita que sejam feitos estudos para a implantação de um pólo pesqueiro de produção e exportação. Com mais orientação técnica e administrativa, as pequenas e microempresas do setor teriam condições de fechar negócios com importadores estrangeiros, o que não conseguem atualmente.

Salva-vidas

De autoria do deputado Cesar Souza (PFL) aprovada indicação solicitando esforços do governo do Estado para colocar à disposição da comunidade de Balneário Camboriú profissionais salva-vidas. O pleito do parlamentar atende reivindicação da população daquele município que se sente "desprovida de segurança durante a baixa temporada".

Agenda

Dia 9, 17 h – Audiência pública da Comissão de Transportes para discutir a ocupação de terras de Marinha
Local: Plenário

Dia 11, 8 h - Audiência pública para discutir a participação de atletas catarinenses em competições
Local: Plenarinho

Dia 11, 9 h - Audiência pública com o secretário da Fazenda, Max Bornholdt, para apresentação de metas fiscais do 1º quadrimestre de 2003
Local: Sala das Comissões

Dia 11, 9 h – Palestra do presidente do TCE, Salomão Ribas Júnior - Vinculação dos recursos orçamentários à saúde
Local: Plenário

Dia 11, 19 h - Projeto Retratos de SC - Laurentino
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 12, 8h30 – Seminário Primeiro Emprego
Local: Plenarinho

Dia 12, 15 h – Audiência pública da Comissão de Agricultura – Carcinicultura
Local: Laguna

Dia 12, 19 h – Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para debater o artigo 170 da Constituição Estadual
Local: Furb – Blumenau

Dia 12, 20 h – Projeto SC Canta e Encanta
Local: Hall da Assembleia Legislativa

Dia 13, 19 h – Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para debater o artigo 170
Local: UnoChapecó - Chapecó

Secretarias Regionais

Os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei 34/03, de origem governamental, que autoriza abertura de orçamento para as 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional, criadas através da Lei Complementar nº 243, de

30 de janeiro de 2003, no montante de R\$ 22, 8 milhões. Das 29 secretarias, apenas as de Jaraguá do Sul e Joinville não foram instaladas, sendo que nas demais já foram nomeados o secretário, o secretário-adjunto e os servidores. (RV)

Bombeiros em Monte Carlo

Para atender a um pedido da Câmara Municipal de Monte Carlo, o deputado Romildo Titon (PMDB), presidente de Honra da Federação Catarinense de Bombeiros, reuniu-se recentemente com os vereadores para discutir a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros Comunitário no município. O encontro teve também a participação do sargento Dhiêmis Metz Pinheiro, comandante do Corpo de Bombeiros de Campos Novos, e do tenente Paulo Diniz Arruda Nunes, do Corpo de Bombeiros de Curitiba, que representaram a corporação estadual.

A reunião foi o passo inicial para a realização do projeto. Foi formada uma comissão

provisória composta por representantes da corporação de bombeiros militares e membros da comunidade. Segundo o parlamentar, o empresário José Carlos Pisani já disponibilizou um caminhão para o início dos trabalhos.

Com essa iniciativa, Titon quer realizar um sonho da população, que há anos reivindica uma entidade que auxilie a comunidade neste sentido. Além do apoio para a formação da sociedade dos Bombeiros Comunitários de Monte Carlo, o deputado já solicitou ao comandante do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, coronel Milton Antônio Lazaris, ajuda para a aquisição dos equipamentos necessários para a instalação da sede. (NC)

Preparando futuros cidadãos

Integrantes das comunidades, Conselheiros tutelares tem atuado como auxiliares de pais e professores, beneficiando, diretamente, o futuro dos municípios

Mirela Maria Vieira

Aos 61 anos, Sebastião de Farias, agricultor recentemente aposentado com R\$ 200,00 mensais, é um dos quatro conselheiros do Conselho Tutelar da Infância e da Juventude do município de Imbuia, a pouco mais de 180 quilômetros da Capital. Os quatro recebem R\$ 100 por mês da prefeitura. Pai de quatro filhos, todos já com suas vidas independentes, o interesse em saber o que significava um "Conselho Tutelar", que o levou a ser eleito pela comunidade há dois anos, acabou resultando, ironicamente, na compra de uma moto usada no começo deste ano. "Para fazer as visitas, cuidar para que os meninos e meninas estejam andando direitinho, ficava difícil ir à pé, ou esperar um veículo disponível da prefeitura", justifica

com um sorriso aberto.

Acostumado muito mais a um trator, ou uma colheitadeira, Sebastião usa sua CG 125 como instrumento para um fim semelhante: cuidar para que os frutos que crescem em Imbuia sejam de boa qualidade. "O trabalho do Conselho, dos conselheiros, se antecipa a problemas que atingem a prefeitura", resume o vereador José Schlickmann. Nos últimos dois anos, Sebastião conseguiu – com "muita conversa, carinho e respeito" –, tirar do "rumo errado" diversas crianças e adolescentes. A meta é sempre mantê-los na escola, longe das bebidas, das drogas, das más companhias, perto e "dentro das regras" de seus pais. Muitas vezes, assinala ele, é necessário "conversar" também com os pais.

Combatendo pequenos furtos

Cerca de três meses atrás, os irmãos Isaías e Isaac da Silva (14 e 13 anos) e Jaison Luiz Ferreira (11), foram alvos de denúncia da Sociedade Cruz de Malta e da Igreja da cidade. Eles estariam "mexendo" onde não deviam. Além disso, costumavam tomar banho num tapume próximo às terras de Valmor Scheidt, avô de Jaison. "Não tive dúvida, chamei o Sebastião", diz ele.

Os pequenos furtos, dizem os dois mais velhos, foram uma "brincadeira". "Mas a gente agora sabe que aquilo não era certo e não vamos fazer mais", assegura o mais velho. Para o trabalho dar certo, pais e responsáveis comprometem-se também a manter a vigilância e a atenção sobre os pequenos frutos, tão facilmente influenciáveis, principalmente em tempos de televisão sem limites.

Vivendo com muita dificuldade, prestes a se mudar para uma área em que pretende viver da terra com seu novo companheiro - Aldemir Callbuch - Marise Strausberg, mãe de Isaías, Isaac e mais dois rapazes de 21 e 22 anos, além da pequena Raquel, de oito anos, carrega uma história bastante comum. Quando estava na 8ª série, Marise foi tirada da escola pelo pai, que era muito "enérgico". Os filhos mais velhos também

não chegaram sequer a completar o ensino fundamental e hoje trabalham como carregadores no Cesa de Itajaí. O pai dos dois menores, com quem ela foi casada, bebia e "ainda bebe muito", e vive trocando de emprego para não pagar pensão. "Quero que os mais novos estudem, que tenham uma vida melhor. Mas, principalmente, quero meus filhos fazendo as coisas certas. Meus dois mais velhos são trabalhadores e me respeitam. Sempre conversei com meus filhos", conta ela. O conselheiro balança a cabeça satisfeito quando os meninos dizem que querem continuar indo à escola.



Valmor Scheidt, avô de Jaison, e a mãe de Isaías e Isaac, Marise Strausberg: "Se precisar, a gente aciona de novo o Conselho e o seu Sebastião"



Sebastião Farias é ouvido e respeitado pelos adolescentes e crianças, e é acionado sem medo pelas famílias. Muitas vezes, no entanto, a prefeitura sequer se dispõe a pagar as despesas com deslocamento.

Drogas atacam com força no interior

Comportamento um tanto avesso à disciplina familiar ou escolar, é creditado à falta de atenção e tempo de alguns pais para monitorar seus rebentos, ao bombardeio protagonizado pela televisão e, em alguns casos, à influência das drogas, incluindo aí as bebidas alcoólicas que são vendidas indiscriminadamente e contrariando a lei.

"Eles querem só vida boa hoje, por causa do que vêem na televisão. De oito, dez anos, para cá, a televisão está ajudando muito a ensinar, principalmente coisa que não deve ser aprendida por ninguém", diz taxativo Valmor Scheidt. A atuação do Conselho, segundo ele, melhorou muito a vida das famílias que se preocupam com o rumo de seus filhos e netos.

Conselheira do Conselho Tutelar de Leoberto Leal, município que fica a poucos quilômetros de Imbuia, Cleomária Aparecida Campos Andrade, conta que uma menina de 15 anos, que estava na escola, simplesmente resolveu fugir para a Capital. Em menos de quatro meses, a menina, conforme Cleomária, viveu nas ruas, prostituiu-se e passou a usar drogas.

Nas escolas – As drogas, afirma fazendo coro com outros depoimentos, chegaram com força total, e nas portas das escolas. O filho de Vanilda Silva, Emerson, de 14 anos, abandonou a escola, que frequentava no turno da noite. De acordo com a mãe, um dos principais motivos para ele se afastar do colégio – cerca de quatro meses atrás –, foi o assédio de traficantes na porta da escola. "Eles queriam que ele se drogasse. Ou vendesse. Meu filho disse que não ia dizer quem é, de jeito nenhum, porque se não eles matam mesmo", contou.

Também conselheira em Imbuia, a professora Sandra Scheidt, conseguiu convencer o menino a reiniciar, frequentando a escola nas tardes de terça-feira. "No supletivo que oferecemos à noite, no colégio estadual, adotamos horários de recreio diferenciados, dependendo do dia e do movimento que a gente vê na frente dos portões. Eles estão sendo assediados por gente que vende todo tipo de drogas e todos têm medo de identificar estas pessoas e a própria polícia não faz nada", afirma.

O promotor da Infância e da Juventude da Comarca – que abrange seis municípios além de Imbuia –, Adalberto Exterkötter, confirma que as drogas começam a tomar conta de pequenas cidades também. Este é mais um motivo para, cada vez mais, fortalecer os Conselhos Tutelares. "O poder público ainda resiste muito, os prefeitos muitas vezes preferem priorizar uma obra a dar sustentação ao Conselho. É preciso mudar esta mentalidade", comentou durante reunião mensal dos Conselhos Tutelares da Comarca.